

A tensão entre o mesmo e o diferente no batimento das designações: o sujeito na língua

(The tension between sameness and difference in the designations collision: the subject in the language)

Marluza T. da Rosa¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

marluza.rosa@gmail.com

Abstract: Throughout this study, we aim at pondering over the heterogeneity of designations usually attributed to the language, in order to comprehend how the production of senses process occurs in the academic-scientific discourse. With this purpose, we observe the (re)formulations of *mother tongue* and *foreign language* designations in the researcher on language's discourse. The studies on discourse in a materialist perspective are mobilized as a theoretical-analytical support in a search for dealing with the relation between sameness and difference in consonance with paraphrase and polissemity (ORLANDI, 2001; 2005), notions which help us to understand the relation between given and becoming senses.

Keywords: Languages; designations; production of senses.

Resumo: Por meio deste estudo, temos o objetivo de problematizar a heterogeneidade de designações que usualmente são atribuídas à língua, com a finalidade de compreendermos como se dá o processo de produção de seus sentidos no discurso acadêmico-científico. Para tanto, tomamos a (re)formulação das designações *língua materna* e *língua estrangeira* presentes no discurso do sujeito pesquisador da linguagem como lugar de observação. Como suporte teórico-analítico, mobilizamos os estudos do discurso em uma perspectiva materialista, buscando trabalhar a relação entre o mesmo e o diferente em consonância com as noções de paráfrase e de polissemia (ORLANDI, 2001; 2005), noções estas que nos auxiliarão a entender o embate entre o *já-lá* e o *vir-a-ser* dos sentidos.

Palavras-chave: Línguas; designações; produção de sentidos.

Preâmbulo

A pesquisa sobre a linguagem em desenvolvimento no nosso país tem trazido reconhecidas contribuições para que professores, estudantes, tradutores ou outros pesquisadores, em diversos campos de atuação, aprofundem seus conhecimentos e reflitam a respeito de suas práticas. Questões sobre o ensino/aprendizagem de línguas, sobre a constituição/formação de professores, sobre a relação dos sujeitos com as línguas, ou entre estas, têm sido constantemente exploradas. Tais discussões em nível acadêmico produzem efeitos em outros âmbitos de produção de conhecimento na/sobre a língua(gem), transpondo-se do discurso científico para o didático ou mesmo, com o tempo, para o do senso comum. Sendo tomados como objetos de estudo, tais dizeres voltam a figurar no âmbito acadêmico-científico, produzindo, sempre, outros sentidos.

Nesse ciclo, dá-se voz ao estudante, ao professor em formação, ao professor que fala de sua prática, ao sujeito que se desloca entre línguas, etc. Em meio a essa trama, um dizer muitas vezes passa despercebido, o do pesquisador da linguagem. Frequentemente se esquece que, nos bastidores da produção de conhecimento sobre a

língua(gem), está um sujeito, que, assim como o professor, assim como o aluno, possui uma história que se imbrica com sua relação entre línguas.

A escrita deste texto, que busca tangenciar essa problemática, decorre de reflexões que vimos desenvolvendo em nosso projeto de dissertação, no qual visamos a compreender os efeitos de sentido constituídos em torno da noção de língua, a partir do lugar do sujeito que pesquisa sobre a linguagem e que se movimenta entre línguas. Envolvermo-nos em uma tentativa de abordar o funcionamento discursivo, aliado à produção do conhecimento linguístico, encaminhando-nos à deriva dos dizeres e dos sentidos no âmbito acadêmico-científico. Que discurso é este? Que sentidos são estes? São questões que vêm nos acompanhando já há algum tempo. Por que pensarmos o mesmo e o diferente neste discurso e de que forma? São as indagações que movem a problematização que aqui empreendemos.

Delineando o percurso

A reflexão acerca do processo de produção do conhecimento, à qual Orlandi (2003) tem chamado “produção de conhecimento sobre a propriedade intelectual”, tem recebido considerável ênfase nos estudos linguísticos/discursivos atualmente. Essa demanda por nos voltarmos, enquanto pesquisadores, para nosso próprio discurso pode decorrer de muitos e diferenciados fatores que acabam por constituir as condições de produção em que a pesquisa sobre a linguagem, no Brasil, está inserida. Um desses fatores é definido, por Orlandi, como “colonização científica”, e seria resultado de um embate entre línguas no âmbito científico, ou seja, diria respeito a uma necessidade de filiação, por parte do pesquisador brasileiro, a cientistas que produzem conhecimento em outras línguas, principalmente em língua inglesa.

Segundo a autora (2003, p. 16), “o fato da língua da ciência não ser a nossa, produz um efeito sobre a (nossa) autoria científica. É isso que observamos quando pensamos a língua em sua forma material, em sua discursividade”. Considerando essa discursividade em textos acadêmicos produzidos em língua portuguesa, temos buscado compreender a produção dos sentidos na relação (inter)discursiva. Entendemos a língua portuguesa, em conformidade com Payer (1999, p. 118), “como uma dimensão da linguagem na qual operam os valores que uma língua particular adquire a partir da produção e da circulação de uma discursividade nacional sobre a língua a ser falada”. Nesse sentido, temos atentado para textos de pesquisadores que se movimentam entre línguas e que não possuem o português como sua (assim chamada) língua materna. Falamos em *assim chamada língua materna* porque o que objetivamos observar incide, mais precisamente, nos modos de designar a língua que esse pesquisador formula, sabendo de sua trajetória entre línguas.

Para tanto, ponderações em torno da relação entre o mesmo e o diferente são necessárias, visto que estamos tratando de sujeitos que falam sobre a língua em diferentes línguas. Tais sujeitos, embora vivenciando um percurso que compreende várias línguas, produz conhecimento sobre a língua em português. Sendo assim, entendendo que “nós temos sempre de estar construindo esse ‘lugar’ [...] em nossa língua e em relação a outras línguas” (ORLANDI, 2003, p. 17), perguntamo-nos como o pesquisador designa e, a partir daí, como se dá a relação entre seu modo de designar e a anterioridade de um discurso que já vem instituído. Discurso este que consagra a questão do ensino/aprendizagem de línguas a oposições, seja entre língua materna e

língua estrangeira, seja entre primeira e segunda língua, ou ainda, entre língua fonte e língua alvo¹.

Tomamos o dizer do sujeito pesquisador por entendermos que este é um discurso sobre a língua no qual emergem sentidos constitutivos do lugar de onde tal sujeito fala, lugar ao qual temos chamado entre-línguas, em conformidade com os estudos de Coracini (2007). Por se constituir a partir desse lugar, acreditamos que o dizer do pesquisador possa trazer em si vestígios do movimento entre línguas, vivenciado pelo sujeito (falante). No entanto, devemos lembrar que o discurso do pesquisador, diferentemente do dizer do sujeito falante, é mediado por um lugar teórico/institucional que rege o âmbito do que pode e deve ser dito. Em outras palavras, não podemos desconsiderar o fato de que tal pesquisador se filia a determinados domínios de saber e, a partir deles, designa a língua.

Daremos ênfase, nesse discurso, ao modo de (re)formulação² do par de designações que tomamos como referência: *língua materna* e *língua estrangeira*. Isso porque tais designações, constituintes do discurso sobre o ensino e a aprendizagem de língua(s), são insistentemente reiteradas e, apesar dessa insistência (ou devido a ela), poucas vezes encontramos formulado o que se entende por uma designação e outra. Língua materna e língua estrangeira parecem ter seus sentidos constituídos na própria relação estabelecida entre ambas. Relação que, na maioria das vezes, consiste em um *embate dual* entre uma língua (que se caracterizaria como materna) e outra (que assumiria o status de estrangeira).

Além disso, entendemos que o processo de constituição dos sentidos dessa dualidade se encontra silenciado, visto que ambas parecem marcadas pela opacidade. Ao se tratar de língua materna, nem sempre se questiona que sentidos de *materna* concernem à noção de língua. Da mesma forma, quando se trata de língua estrangeira, poucas vezes se faz remissão à estranheza, ao estranhamento do sujeito em face de uma língua que não é a sua. No dizer, tais designações parecem consistir em um já-posto, não sendo relevante sua definição. Circulando na ordem do “óbvio” e do “evidente”, elas aparecem permeadas por um efeito ideológico (ORLANDI, 1996), cujo funcionamento nos conduz a um excesso de dizer, como se o sentido estivesse no sintagma, como se as relações possíveis de serem estabelecidas entre língua materna e estrangeira fossem restritas à oposição familiar *versus* estranho, ou minha língua *versus* língua do outro.

Com vistas a problematizar os efeitos de sentido que se produzem, no dizer do sujeito pesquisador, a partir das referidas designações, propomos esta reflexão, indagando-nos a respeito dos sentidos em movimento quando, não só *língua materna* e *língua estrangeira*, mas também outras formas de designar são mobilizadas em paralelo a estas, tais como *línguas fonte e alvo*. Buscamos, assim, compreender como se caracteriza a relação de força entre esses distintos modos de significar, bem como seus efeitos na produção do conhecimento.

¹ Não entraremos, neste estudo, no mérito da diferenciação entre os domínios de saber, nos quais circulam essas designações, por termos como foco o âmbito da formulação, no qual estas incidem.

² A noção de (re)formulação será tomada, aqui, a partir da noção de formulação, sendo esta definida por Orlandi (2001) não só como o lugar em que se dá o contorno material do dizer, mas também como a materialização da memória discursiva.

Para esse propósito, encontramos respaldo teórico nos estudos em análise de discurso (AD). Dentre as noções que constituem o arcabouço conceitual de nosso estudo, estão as concepções de paráfrase e de polissemia, tal como pensadas por Eni Orlandi (2001; 2005). A noção de designação, embora tomada dos estudos enunciativos (GUIMARÃES 2003; 2005), funciona, em nosso trabalho, na (inter)relação com a noção de memória discursiva, advinda dos estudos do discurso. Dessa forma, amparados nesse dispositivo teórico-analítico, trabalharemos o movimento das designações enquanto um deslocamento tenso entre modos de dizer que tendem ora à equivalência, ora à diferença.

Processos parafrásticos e polissêmicos: em torno do mesmo e do diferente

O mesmo e o diferente são aqui pensados em termos de paráfrase e de polissemia, noções que passam a ter especificidades, quando da apropriação que sofrem nos estudos discursivos, sobretudo a partir das reflexões de Orlandi (2001; 2005). Para a autora, tais noções se distanciam do modo como são tratadas no âmbito tão somente linguístico, pois, na análise de discurso, ambas concernem ao funcionamento discursivo, ou seja, aos processos de produção de sentidos.

Dentre as duas noções, Orlandi (2005) dedica um olhar especial à paráfrase, concebendo-a, juntamente com a metáfora, como “suporte analítico de base” para os estudos do discurso. A paráfrase deixa de se restringir, assim, a uma repetição formal do mesmo dizer, para ser pensada a partir da consideração de que a língua consiste em uma forma material que, como tal, possui o equívoco como constitutivo de sua materialidade. Compreender a língua dessa forma implica, para a autora (2003, p. 14), em não se desconhecer que “a língua, tendo sua ordem própria, ainda que capaz de falha, está investida de um poder nos processos de subjetivação que darão forma aos modos de significar”. A noção de equívoco, entendida em sua dimensão linguística e histórica, por sua vez, pode ser considerada como o que intervém no funcionamento discursivo da paráfrase, fazendo com que esta, contraditoriamente, afirme o mesmo, mas se abra ao diferente, no jogo com a polissemia.

Em conformidade com Orlandi (2001), a relação entre os processos parafrásticos e polissêmicos se configura como um embate tenso, uma vez que, entre os mesmos, o estabelecimento de limites é complexo, principalmente quando se pensa a linguagem discursivamente. Em direção às reflexões da autora, podemos afirmar que a paráfrase encontra-se relacionada à memória, enquanto aquilo que permanece em todo dizer, tendendo ao âmbito da estabilidade dos sentidos. Concebidos dessa forma, os processos parafrásticos caracterizariam o constante retorno aos mesmos espaços de dizer. Já a polissemia marcaria uma ruptura, um deslocamento de sentidos, o que nos permite compreender, em um primeiro momento, que, enquanto a paráfrase concerne à estabilização e à manutenção do mesmo, a polissemia joga com esse mesmo, fazendo-o diferente.

Entretanto, é preciso lembrar, como coloca Orlandi, que “toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos” (2001, p. 36), ou seja, toda vez que o discurso se produz, nele atuam ambas as forças: se, por um lado, o dizer só significa quando ancorado em outros dizeres já ditos, por outro lado, quando redito, tal dizer pode tomar outra direção de sentido. A respeito desse jogo de força, Orlandi (2001, p. 38) afirma que “o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão

sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente”, o que implica considerar que a própria repetição instaura a diferença, encaminhando-nos a pensar a paráfrase não como o mero exercício de repetir o mesmo, mas de retornar aos mesmos espaços de dizer para re-significá-los.

Tal afirmação reveste-se de uma significativa importância quando tratamos do discurso que circula no âmbito acadêmico-científico, pois esse movimento de retorno e de re-significação pode ser compreendido como o que caracteriza o modo de funcionamento da memória discursiva (interdiscurso), enquanto rede de sentidos constitutiva do discurso do sujeito pesquisador. Quando mobilizamos esta noção, ancoramo-nos, primeiramente, nos ensinamentos de Michel Pêcheux (1999), para quem “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Observamos que, para o autor, essa noção é condição *sine qua non* para a constituição dos sentidos, ou, dito de outro modo, é pela memória que o dizer se atualiza, enquanto legível, compreensível, ou seja, enquanto interpretável.

Em um segundo momento, trazemos a concepção de Orlandi (1996) que, a partir dos pressupostos pecheutianos, afirma que a memória se configura como uma trama de sentidos já constituídos, que possibilitam a emergência de outros sentidos. De acordo com a autora (1996, p. 39), é “a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação”. A noção de memória discursiva é tomada por Orlandi, assim como por Pêcheux, como necessária para que um discurso exista e faça sentido, visto que este se constitui ancorado em uma exterioridade que o precede.

Tal modo de funcionamento é também esboçado por Indursky (2003), ao colocar que os saberes antecedem o discurso do sujeito, constituindo uma rede de repetibilidade, que se apresenta de forma interdiscursiva, representada como um eixo vertical. Da esfera do repetível, anterior e exterior ao discurso, o sujeito mobiliza saberes, que passam a ser postos em funcionamento, no seu dizer, de forma intradiscursiva, ou seja, horizontal. Para a autora, “o sujeito lineariza esses saberes [...] em seu discurso, dando-lhes uma formulação própria, inscrevendo, dessa forma, seu discurso na repetibilidade” (2003, p. 102). Podemos entender, nos termos de Indursky, que a formulação do discurso se dá, pois, em um “ciclo de repetibilidade”, visto que, o interdiscurso – a memória discursiva, a rede de saberes/dizeres já significados – consiste, ao mesmo tempo, em um ponto de partida, no qual o sujeito busca um saber que possa funcionar em seu dizer, e em um ponto de chegada, uma vez que, para significar, esse dizer deve se inscrever no mesmo repetível.

O que nos questionamos, no que tange aos efeitos de sentido produzidos no/pelo dizer do pesquisador da linguagem, objeto deste estudo, consiste na forma como as designações são (re)inscritas nesse repetível. Em outras palavras, interrogamo-nos: como a noção de língua significa nesse dizer, considerando-se que o sujeito, além de vivenciar uma situação de encontro com/entre várias línguas, precisa *amarrar* os sentidos de tal noção a uma exterioridade/anterioridade, ou seja, a uma memória? A esse respeito, torna-se importante mobilizarmos novamente o dizer de Orlandi (2003, p. 13-14), ao se questionar “qual é a língua da ciência? Estou falando em língua

(português, inglês, francês, etc) mesmo e não em discurso, já que não podemos pensar a língua sem pensar que existem línguas no plural”.

Primeiramente, precisamos considerar que a discursivização do saber do sujeito (falante) sobre a língua se deve ao fato de este ser levado (ideologicamente interpelado) a se colocar na posição de pesquisador e, a partir dessa posição, formular sua concepção de língua, em uma língua. Essa concepção, para significar, deve estar inscrita na ordem do repetível, como forma de regularização (ORLANDI, 1996), como condição para o legível/interpretável. Tal inscrição do dizer em uma repetibilidade consiste em uma necessidade, visto que, de acordo com Orlandi, “o cientista está submetido à memória de seu saber. O que tem de ser atingido é justamente essa relação com o interdiscurso, com a memória para poder significar outra coisa” (1996, p. 139).

Entendemos, a partir daí, que a inscrição de seu dizer no repetível não resulta tão somente de uma reprodução, seja do gesto de designar, seja dos sentidos constituídos por esse gesto, pois acreditamos, em conformidade com Indursky (2005), que

a relação com o conhecimento científico não consiste apenas em referir, fazer menção ou mesmo usar um conceito cunhado em determinado domínio de saber. Pode apresentar esta feição e, quando isto ocorre, o sujeito está reproduzindo o saber; mas o recobrimento não é a única forma de se relacionar com o conhecimento (INDURSKY, 2005, p. 187).

Pelas palavras da autora, é possível compreender de forma mais pontual o que Orlandi (1996) considera, ao afirmar que o sujeito deve inscrever seu dizer no repetível, para significar. Com isso, não se quer colocar que tal dizer deve reproduzir outros já existentes, mas sim que deve repeti-los. A repetição sendo pensada, então, como uma repetição histórica, que instaura a possibilidade de transformação. Em outras palavras, para constituir novos efeitos de sentido na relação com o conhecimento, em uma língua, o pesquisador precisa se apoiar nos efeitos já constituídos. Para se potencializar a polissemia, deve-se exercer a paráfrase.

Acreditamos, considerando a memória discursiva no âmbito dos estudos discursivos, que a posição-sujeito pesquisador da linguagem estaria marcando sua inserção nesse espaço de repetibilidade como um lugar de autoria, ou seja, como uma relação do sujeito – perpassado pela dispersão, pela descontinuidade, pela incompletude do discurso – com o texto, enquanto âmbito imaginário de completude, de clareza e de coerência³.

A noção de autoria que mobilizamos é trabalhada por Orlandi (1996), a partir de considerações desenvolvidas por Foucault, em um texto que data do ano de 1975⁴, a respeito da função autor. Em nosso estudo, não remontaremos às reflexões desse estudioso, pois nos filiamos à noção de autoria, tal como concebida por Orlandi, com os respectivos deslocamentos que essa noção sofre em sua abordagem. De acordo com a autora, “se a noção de sujeito recobre não uma forma de subjetividade, mas um *lugar*⁵,

³ A esse respeito, conferir Orlandi (2001).

⁴ Trata-se de *A ordem do discurso*, cuja edição traduzida no Brasil data de 1996.

⁵ O grifo é da autora.

uma posição discursiva (marcada pela sua descontinuidade nas dissenções [sic] múltiplas do texto) a noção de autor é já uma função da noção de sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 68-69). Deve-se a essa concepção o fato de tratarmos o sujeito pesquisador da linguagem como uma posição de autoria que decorre do sujeito (falante) entre-línguas. Em outro momento de sua reflexão, Orlandi acentua que “o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história” (Id. p. 69).

Na esteira de ponderações da autora, podemos colocar que mobilizar o mesmo e o diferente, fazer do mesmo o diferente ou instaurar o diferente no interior do mesmo consiste na função do autor. É este lugar que, ao produzir conhecimento, na relação com a interpretação, possibilita aos sentidos se historicizarem, ou seja, romperem com outros sentidos já postos, (re)arranjando-se, pelo mesmo movimento, novamente na esfera do repetível. É, pois, pelo texto, enquanto totalidade imaginária, que esse sujeito organiza os saberes que o constituem, colocando-os em relação a uma memória.

Memória esta que faz parte da constituição dos estudos linguísticos/discursivos brasileiros, mas que, no entanto, consiste em uma *memória local* (*interna*, diríamos), já que, para Orlandi (2003, p. 14), “nossas fronteiras são fronteiras para dentro e não para fora”. Ou seja, embora com uma tradição de pesquisa científica consolidada, os estudos discursivos brasileiros não se inscrevem em uma memória discursiva em outras línguas, pois, como escreve a autora, “eles’ já têm discursos legitimados aos quais referem seus discursos atuais, nós continuamos fora do discurso científico, produzimos textos sem memória científica (lá), sem discursividade a que possamos nos filiar por direito de ‘nascença’” (Id. p. 16).

Apesar disso, ao tomar parte nessa memória local, os saberes postos em relação acabam por marcar constitutivamente a posição do pesquisador frente aos discursos em formulação/circulação. Essa relação não se configura como necessariamente harmônica, visto que, na dispersão de saberes relacionados, as contradições podem coexistir. Dito diferentemente, a posição do pesquisador seria aquela que busca trabalhar as contradições, movimentando-as, sem apagá-las, em seu dizer.

Essas contradições podem ser vistas na (re)formulação das designações que abordaremos neste estudo, as quais se relacionam em um jogo possível entre semelhanças e dessemelhanças, cujas fronteiras, de acordo com Nunes (2006, p. 154), “são momentâneas e dependem do estado discursivo ao qual a língua se articula”. Falamos em semelhanças porque as designações que temos observado são, muitas vezes, linguisticamente as mesmas, e em dessemelhanças porque, apesar de serem as mesmas, significam diferentemente.

O batimento das designações

A fim de observarmos a tensão entre o já-lá e o vir-a-ser dos sentidos – enquanto relações entre o mesmo e o diferente – mobilizaremos como dispositivo analítico as noções de paráfrase e polissemia, até agora tratadas em um âmbito teórico. Assim o faremos para melhor compreendermos o *amarramento* das designações postas em cena a uma memória discursiva que circunda a produção de conhecimento sobre a língua nos estudos linguísticos brasileiros. Entendemos que, pela repetição dos mesmos modos de

designar, o sujeito pesquisador instaura uma diferença, tangenciando outras possibilidades de sentido.

Cabe ressaltar, no entanto, que essa (re)inscrição na memória, pela repetição, não se dá enquanto uma reprodução, ou seja, não se restringe ao simples retorno dos sentidos, mas consiste em uma abertura para que novos sentidos possam circular. Vejamos a sequência discursiva (01), na qual são colocadas em funcionamento as designações língua fonte e língua alvo, recorrentes nos estudos sobre ensino e aprendizagem de línguas.

- (01) Cabe salientar que a produção escrita do aprendiz na língua alvo, em uma proposta como esta, na qual se enfatiza a relação leitura-escrita e a sensibilização à discursividade nas línguas fonte e alvo, acontece somente depois de etapas como as descritas (SPX/T1⁶).

Para a compreensão dessa sequência, podemos remontar, inicialmente, alguns efeitos de sentido que são mobilizados no que concerne à relação língua fonte/língua alvo, dentre eles, a concepção de língua como uma meta a ser atingida, a partir de um lugar onde se está. Ora, além de evocar um movimento retilíneo de um ponto a outro, essa relação entre as designações ainda nos conduz a uma centralidade do sujeito, o qual, uma vez estável em seu lugar original (o substantivo fonte também nos encaminha a pensar em origem), desloca-se para seu alvo, a outra língua, que, como tal, apresenta-se em constante transformação, em movimento. Em nosso entendimento, ao passo que a fonte traz consigo uma ideia de estabilidade, o alvo desestabiliza e, frente a ele, têm-se dois caminhos: ou se acerta o alvo, o que nos possibilita pensar em uma aquisição/aprendizagem “perfeita”, completa, associada a uma “identificação plena” (nos termos de Pêcheux (1997)); ou se erra, o que facilmente nos encaminha a pensar nos fracassos, principalmente em ambientes de ensino. Estamos no âmbito dos sentidos já-postos.

Entretanto, derivando os sentidos dessa dualidade, podemos compreender – e acreditamos que o dizer do sujeito pesquisador em (01) assim nos permite – língua fonte e língua alvo não apenas na relação entre dois pólos, entre os quais o sujeito se desloca em linha reta. O substantivo fonte se relaciona também ao fluido, à nascente que corre para um destino, o qual se configura como uma convergência. Compreendendo o encontro entre as línguas dessa forma, somos levados a refletir a respeito da dissolução dessa oposição. Nesse sentido, a convergência marcaria não só um encontro entre as línguas, mas também uma mescla entre estas, abrindo seu curso, não mais para direções opostas, mas para uma mesma direção.

No que tange o segundo modo de designar presente na sequência (01), ou seja, o dizer “línguas fonte e alvo”, entendemos que tal designação permite uma leitura de, pelo menos, duas formas diferenciadas: *língua fonte e língua alvo* ou *línguas fonte-e-alvo*⁷.

⁶ Nesta sequência discursiva, SPX/T1 equivale a Sujeito Pesquisador X/Texto 1, da mesma forma que SPY/T1, na sequência discursiva a seguir, equivale a Sujeito Pesquisador Y/Texto 1. Não é nosso objetivo, neste estudo, nomear o pesquisador, mas trabalhar com a posição sujeito na qual ele se insere. Devido a isso, utilizamo-nos de tal referência com o intuito de apenas marcar os dizeres como provenientes de dois lugares diferenciados.

⁷ Fazemos uso do hífen para marcar uma possível imbricação entre as línguas (cf. CORACINI, 2007).

Acreditamos que a segunda possibilidade de leitura nos autoriza a pensar nas línguas como convergência, conforme mencionamos. Se em *língua fonte* e *língua alvo* pode-se ter uma oposição marcada entre duas unidades, em *línguas fonte e alvo* essa dualidade não significa, uma vez que, uma língua pode ser tanto fonte quanto alvo. Esse segundo efeito de sentido nos permite apreender um movimento e uma circularidade que *língua fonte* e *língua alvo*, tomadas como unidades, não permitem. Assim, podemos colocar que ao se dizer “línguas fonte e alvo”, de certa forma, diz-se o mesmo, mobilizam-se as mesmas designações, mas, perguntamo-nos, seriam realmente as mesmas?

Entendemos que não, pois os sentidos colocados em curso já são outros. Nesse modo de designar, as possibilidades (de ser fonte e de ser alvo) não se excluem, fazendo com que cada língua com a qual o sujeito (falante) se relaciona possa se configurar para este, ao mesmo tempo, como fonte e como alvo, como saber já-dado e como saber a ser significado. Essa (re)formulação, que resulta em uma (re)significação, advém, conforme pensamos, de uma singularização da posição do pesquisador que, frente a uma memória a ser atualizada, mobiliza saberes contraditórios que, embora mantendo a diferença, fazem com que esta deixe de ser opositiva.

Seguindo essa mesma linha, atentamos agora para a sequência discursiva (02), a qual coloca em funcionamento, juntamente com o mesmo, a designação língua estrangeira, o diferente, na figura das designações *minha língua* e *minha língua de origem*.

- (02) De fato, na terceira pessoa do passado perfeito, ele perdeu a língua se refere a um mutismo circunstancial, ao passo que, na primeira pessoa do presente, eu estou perdendo minha língua significa que a língua estrangeira se desenvolveu a tal ponto que ela está fazendo refluir minha língua de origem (SPY/T1).

Na sequência (02), como podemos observar, a oposição língua materna/língua estrangeira é (re)formulada, colocando-se em relação *língua estrangeira* e *minha língua*. O que se torna interessante, nessa (re)formulação, diz respeito aos efeitos que o novo par movimenta, visto que a designação língua materna, silenciada por “minha língua”, parece não dar conta dos sentidos que insistem em se corporificar; assim como “minha língua” também parece não dizer tudo, sendo retomada, então, como “*minha língua de origem*”. O que entendemos haver nesse deslocamento (redundante, diriam alguns) concerne, no âmbito linguístico, à necessidade do indicativo de posse, uma vez que não se pode estar perdendo algo que não é seu. A ilusão de posse/propriedade, constitutiva do sujeito, é manifesta fortemente nessa sequência, pois, se lançarmos nosso olhar cuidadosamente não apenas para as designações, mas para o modo como a sequência está formulada, conseguiremos observar que outras formas de dizer poderiam ter sido mobilizadas. Por exemplo, se colocarmos em paralelo as duas afirmações trabalhadas na sequência, quais sejam, “ele perdeu a língua” e “eu estou perdendo minha língua”, veremos que a primeira afirmação também admitiria o uso do pronome possessivo, da mesma forma que, na segunda, tal pronome poderia ter sido suprimido.

A questão que se torna latente consiste em saber, então, por que *minha língua* precisa ser marcada, e mais, por que precisa ser reafirmada por *minha língua de origem*? Ao observarmos o nível da formulação, onde as designações se corporificam, vemos

que *língua estrangeira* e *minha língua* parecem não consistir em oposições, visto que, na relação que estabelecem entre si, à proporção que a língua estrangeira avança, a língua do sujeito (falante? pesquisador?), recua, em um movimento ondulatório. Pensando nessa relação, somos levados a indagar: se a língua estrangeira habita o sujeito ao ponto de fazer “refluir” sua língua, ela funcionaria ainda como língua estrangeira, nos moldes das evidências constituídas em torno de tal designação? Ou, então, se a língua que o sujeito considera como sua, acaba se perdendo, diante do encontro com a outra, o que justificaria o fato de tal sujeito chamá-la “minha língua”? Não estaria ocorrendo, ainda, uma inversão na relação língua materna *versus* língua estrangeira? Que papel teria a origem, nesta relação? Acreditamos que essas indagações nos auxiliam a compreender, de forma não superficial, os efeitos que tais designações produzem nesse dizer.

O que parece ressoar em *minha língua* e em *minha língua de origem* é a associação do pronome possessivo ao imaginário de língua enquanto pátria ou enquanto raiz única (no dizer de Deleuze, 1988). Nessa direção, a relação entre *minha língua* e *língua estrangeira*, ao mesmo tempo em que pode ser parafraseada pela dualidade *minha língua x língua do outro*, também desloca sentidos de modo polissêmico, fazendo com que a designação *língua estrangeira*, pelo movimento de refluir *minha língua*, também se coloque no patamar de língua do sujeito. Deve-se a isso, acreditamos, a necessidade de reformular a primeira designação como “minha língua de origem”, uma vez que, se ambas as línguas constituem o sujeito, o que as distingue consiste no fato de a primeira ser, para este, a língua imaginariamente *original*, que, embora recue, permanece intrínseca, intocada...

Podemos pontuar também a relação entre as designações enquanto um movimento tenso, visto que estas tendem ora à equivalência – com *minha língua* e *minha língua de origem* atuando como sinônimas de *língua materna* – ora à diferença – *minha língua* e *minha língua de origem* em paralelo com *língua estrangeira*. Como palco desse movimento, atua o encontro do sujeito (falante) com a(s) língua(s), sustentando o embate no dizer do sujeito pesquisador. Esse dizer, embora dualize a relação entre as línguas e tente conter os sentidos veiculados pela designação *minha língua*, não a fronteiriza, pois a própria formulação comporta os efeitos de silenciamento e de sustentação entre o mesmo e o diferente. Silenciamento pelo fato de as línguas não estarem colocadas no mesmo lugar e sustentação por ser nesse batimento que o sujeito (falante/pesquisador) se constitui.

Entendemos que as formas de designar problematizadas neste estudo, embora sendo duais, tal como a conhecida dicotomia *língua materna/língua estrangeira*, (re)significam a dicotomização. Essas dualidades, como pudemos observar, não se caracterizam como polarizações, pois na medida em que se relacionam, diluem as fronteiras que comumente são fixadas entre as designações que tomamos como referência. Assim, se, por um lado, a dualidade permanece; por outro, ela é atenuada pelos efeitos de sentido que sua própria constituição produz, ou seja, se o mesmo se reafirma enquanto dualidade, o diferente se instaura, enquanto possibilidade de sentidos outros, a partir da linearidade da formulação. Para Orlandi (2003, p. 17-18), “a formulação, ao dar corpo ao dizer, é, em si, o novo, o lugar em que o sentido se fala, se mostra, se instala [...] Porque é no modo mesmo da formulação que está a novidade do sentido, está a diferença, a descoberta”.

A (re)formulação das designações no discurso do pesquisador da linguagem é, pois, lugar privilegiado do equívoco, o qual ao fazer com que se desloquem as redes de sentido, às quais tal sujeito se filia, possibilita a singularização desse sujeito por meio de seu dizer. Assim, ao mesmo tempo em que há uma busca pela inserção do dizer no repetível, há também, no próprio dizer, algo que o consagra à equivocidade e que o desloca dessa esfera de repetição: o gesto de designar. Gesto que consiste em uma abertura, encarregando-se de mostrar a mobilização de outros saberes pelo sujeito. A respeito desse processo de singularização, Mariani (1998) coloca que

É habitando a contradição entre uma injunção (histórica) à coerência, clareza, regularidade, concisão (*etc*) e a surpresa causada pelo equívoco “uma fratura no ritual e na ortopedia dessa semântica das certezas sobre a realidade” que os sujeitos, sofrendo diferentemente os efeitos de linguagem decorrentes dos processos significantes, se singularizam (MARIANI, 1998, p. 93).

Dessa forma, dizendo o mesmo, mas diferentemente, o pesquisador da linguagem desliza do “universo logicamente estabilizado” dos sentidos já-postos para um novo domínio de sentidos. Suas palavras não deixam, por isso, de se inscrever em uma memória, pois trazem à tona outros dizeres, outros modos de designar, que, embora não-ditos, configuram-se enquanto suporte, autorizando e presentificando o que é dito. Ao encontro desse jogo contraditório entre o estável e o passível de deslize, podemos acrescentar, juntamente com Orlandi (2007), que “na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização, e, de outro, o acontecimento, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e deslocam, mantêm e rompem limites” (Orlandi, 2007, p. 2).

Acreditamos, assim, que o pesquisador da linguagem delimita, para si, um lugar de dizer, a partir de seu próprio modo dizer. Um modo que se singulariza na medida em que equivoca, ou seja, em que desestabiliza os sentidos concebidos como evidentes. Nessa direção, para Orlandi

Considerar o ‘equivoco’ como parte da constituição de *qualquer* sentido é fundamental na construção da ciência. Porque é no equívoco que, do irrealizado, podemos fazer irromper um outro sentido, podemos fazer a ciência fazer (outro) sentido. De qualquer lado, e no jogo entre as línguas, sempre capazes de falha (quaisquer que sejam), inscrevendo-se na história para significarem” (ORLANDI, 2003, p. 18-19).

Considerações finais

Observamos que as designações atuam como peças-chave na atualização da memória do conhecimento sobre a língua, que comporta o jogo das formas possíveis de designá-la. Como havíamos mencionado, entendemos que as designações são inscritas em um universo de sentidos, para que possam produzir efeitos na linearidade do dizer. Em outros termos, tais modos de designar, presentes em uma memória discursiva, são repetidos no discurso, em cuja horizontalidade essa memória é (re)significada.

Sendo assim, podemos contemplar, no dizer do sujeito pesquisador, não apenas a reprodução de um gesto de designar, mas sua transformação, pela intervenção de saberes outros, além daqueles já constituídos em torno da língua. Saberes de um sujeito que vivencia, pelas línguas, um percurso singular. Dessa forma, podemos compartilhar da concepção de Rasia (2003, p. 139), quando a autora afirma ser “desse modo, pois, que se pode dizer que as repetições apontam para a não retomada e não estabilização dos sentidos, mas constituem-se deriva pura”. Deriva que leva a linguagem a um limite, no qual o mesmo e o diferente, o dentro e o fora coexistem; contraditórios, sim, mas sem deixarem de ser constitutivos. Talvez a função do pesquisador, enquanto autor, seja, na verdade, esta: levar a linguagem a seu limite (no dizer de Deleuze, 1988), trabalhar nas bordas da formulação, com suas fissuras, com seus deslizes e, assim, constituir memória(s).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORACINI, M. J. *A celebração do outro*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- DELEUZE, G. *L'abécédaire de Gilles Deleuze*. Entrevista concedida a Claire Parnet, 1988.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Revista Letras*, Santa Maria, n. 26, p. 53-62, 2003.
- _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005.
- INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Revista Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.
- _____. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: ClaraLuz, 2005. p. 183-194.
- MARIANI, B. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, 2º sem., p. 87-96, 1998.
- NUNES, J. H. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006. p. 147-165.
- ORLANDI, E. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: ClaraLuz, 2005. p. 75-88.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, E. (org.). *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes, 2003. p. 13-19.
- PAYER, M. O. *Memória da Língua. Imigração e nacionalidade*. 1999. 186 f. Tese (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Análise do Discurso) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual da Campinas, Campinas.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al.]. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RASIA, G. Ensino libertário e escolanovismo: confluências e desencontros de saberes. *Revista Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 123-141, 2003.

